



**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DISTINÇÃO E EDUCAÇÃO NO RS.
Estudo comparado do nível educacional dos eleitores e dos
deputados estaduais eleitos (2015-2019)**

**CAROLINE SCHÖNHOFEN GONÇALVES
ORIENTADOR: ANTONIO DAVID CATTANI**

Porto Alegre, dezembro de 2016.

CAROLINE SCHÖNHOFEN GONÇALVES

DISTINÇÃO E EDUCAÇÃO NO RS.
Estudo comparado do nível educacional dos eleitores e dos
deputados estaduais eleitos (2015-2019)

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientador: Antonio David Cattani

Porto Alegre, dezembro de 2016.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Média de anos de estudo no RS e no Brasil.....	11
Gráfico 2 – Evolução da matrícula no Ensino Superior no Brasil por categoria administrativa.....	15
Gráfico 3 – Estudantes que frequentam o Ensino Superior por categoria administrativa e quintos de renda familiar.....	15

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição da pop. gaúcha com 10 anos ou mais de idade por anos de estudo.	12
Quadro 2 – Matrícula Inicial por Etapas e/ou Modalidades de Ensino, RS, 2014.....	14
Quadro 3 – Como se identificam profissionalmente os deputados estaduais eleitos no RS por coloração ideológica.....	18
Quadro 4 – Trajetória política dos parlamentares eleitos no RS por coloração ideológica.....	19
Quadro 5 – Trajetória parlamentar dos 10 candidatos a deputados estaduais do RS mais votados.....	20
Quadro 6 –Nível de escolaridade dos deputados estaduais.....	21
Quadro 7 –Cursos superiores cursados por mais de um deputado.....	22
Quadro 8 – Titulação escolar dos 10 candidatos a deputados estaduais do RS mais votados.	23
Quadro 9 – Receitas de campanhas financiadas por pessoas jurídicas mais elevadas entre os 10 candidatos mais votados.....	25
Quadro 10 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 15 deputados estaduais eleitos de partidos de direita (PP, PTB, PR, PRB e PSD).....	30
Quadro 11 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 11 deputados estaduais eleitos dos partidos de centro (PMDB e PSDB).....	30
Quadro 12 – Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 28 deputados estaduais eleitos dos partidos de esquerda (PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PSOL, PV) PPL.....	31
Quadro 13 – Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 11 deputados estaduais eleitos do PT.....	31

Quadro 14 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 8 deputados estaduais eleitos do PMDB.....	32
Quadro 15 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 8 deputados estaduais eleitos do PDT.....	32
Quadro 16 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 7 deputados estaduais eleitos do PP.....	32
Quadro 17 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 5 deputados estaduais eleitos do PTB.....	33
Quadro 18 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 4 deputados estaduais eleitos do PSDB.....	33
Quadro 19 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 3 deputados estaduais eleitos do PSB.....	33
Quadro 20 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 2 deputados estaduais eleitos do PC do B.....	34
Quadro 21 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas por deputados estaduais eleitos (únicos do partido).....	34
Quadro 22 – Total de Receitas e Financiadores dos 10 candidatos mais votados.....	35

SUMÁRIO

RESUMO.....	05
1. INTRODUÇÃO.....	06
2. DISTINÇÃO E EDUCAÇÃO NO RS.....	08
2.1.1 REPRODUÇÃO, DISTINÇÃO E CAPITAL CULTURAL.....	08
2.1.2 EDUCAÇÃO NO RS.....	10
3. DISTINÇÃO NO CAMPO REPRESENTATIVO: o perfil dos deputados estaduais do RS.....	16
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
APÊNDICES.....	30
APÊNDICE A - Indicadores de posição social por coloração ideológica.....	30
APÊNDICE B - Indicadores de posição social por partido político.....	31
APÊNDICE C - Receitas e financiadores de campanha dos 10 candidatos a deputado estadual do RS mais votados.....	35
ANEXO.....	39
ANEXO A – Ranking dos candidatos eleitos.....	39

RESUMO

Este trabalho aborda a distinção social com base no nível educacional dos indivíduos. Em um primeiro momento, são considerados dados educacionais da população gaúcha, permeados pela discussão sobre desigualdade escolar. Em um segundo momento, tendo como base alguns indicadores de posição social (classificações profissionais e titulações escolares/acadêmicas) dos deputados estaduais eleitos no RS (2015-2019), procura-se identificar se o nível escolar dos parlamentares é um recurso prévio importante e quais outros podem ser reconvertidos em trunfos eleitorais. O objetivo é explorar e comparar esses campos tendo em vista que a distribuição desigual de capitais na estrutura social hierarquizada influencia o ingresso e a trajetória dos indivíduos em cada campo.

Palavras-chaves: Distinção. Reprodução Social. Campo Educacional. Campo Representativo. Deputados Estaduais do RS da 54ª legislatura (2015-2019).

ABSTRACT

This paper addresses the social distinction based on the educational level of individuals. In a first moment, are considered educational data population, permeated by the discussion about inequality. In a second moment, based on some indicators of social status (professional and academic qualifications) of State representatives elected in the RS (2015-2019), seeks to identify if the school level of parliamentarians is an important and prior resource which others can be converted into electoral trumps. The objective is to explore and compare these fields considering that the uneven distribution of capital in hierarchical social structure influences the ticket and the trajectory of the individuals in each field.

Keywords: Distinction. Social Reproduction. Educational Field. Field Representative. State deputies of the RS of the 54th legislature (2015-2019).

1. INTRODUÇÃO

A experimentação científica é fundamental à formação inicial e continuada não só de bacharéis em ciências sociais como também de licenciados, tendo em vista “a necessidade de se formar profissionais reflexivos e críticos-investigadores da realidade, situação propícia para que a autonomia do professor seja alcançada” (SOUZA; PIETROBON, 2008: 2).

Segundo Freire:

Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (1996:32, apud SOUZA; PIETROBON, 2008: 2).

Ou seja, professores não devem ser apenas transmissores de conteúdo compilado em livros didáticos, mas profissionais capacitados para a reflexão crítica do contexto social em que estão inseridos. Assim, a presente monografia tem a pretensão de exercitar essa experiência em forma de trabalho acadêmico, articulando estudos das áreas da Sociologia e da Ciência Política, ambas componentes do currículo escolar de Sociologia no Ensino Médio.

Este trabalho foi motivado pelas discussões desenvolvidas em sala de aula na Escola Estadual de Ensino Médio Infante Dom Henrique (em Porto Alegre) ao longo do primeiro semestre de 2016, durante o estágio II de licenciatura em Ciências Sociais. Naquele momento, um dos assuntos políticos mais difundidos pelas mídias sociais era o do processo do Impeachment da presidente Dilma Rousseff. Dada a gravidade e a complexidade da situação, considerou-se oportuno discutir naquele momento alguns conteúdos de política em sala de aula, tais como os três poderes do Estado brasileiro, seu funcionamento e perfil social dos parlamentares do Congresso Nacional. As aulas foram planejadas para abordar no espaço escolar assuntos importantes da vida em sociedade, seguindo orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece como uma das finalidades da educação a preparação do educando para a cidadania.

Tendo em vista as discussões políticas em sala de aula, a presente monografia pretende dar continuidade à proposta inicial, voltando-se agora para a realidade gaúcha e sob a perspectiva da distinção e reprodução social.

O objetivo que norteia o trabalho é o de explorar e comparar os processos de distinção social em dois campos: o educacional e o da representação política no RS. A escolha desses dois campos se justifica porque, segundo Coradini (2012:114),

aumenta a distância entre os representantes e os representados, conjuntamente com o aumento da seletividade social dos primeiros. Esse aumento da seletividade tem como principal implicação o aumento da super-representação de determinadas esferas e posições sociais mais próximas do espaço político, que se manifesta, inclusive, nas condições ocupacionais e educacionais dos eleitos para os principais cargos.

Nessa perspectiva, o presente trabalho foi dividido em duas partes. Na primeira, serão considerados dados educacionais da população gaúcha, permeados pela discussão sobre desigualdade escolar e distinção social via educação. Na segunda, tendo como base alguns indicadores de posição social (classificações profissionais e titulações escolares/acadêmicas) dos deputados estaduais eleitos no RS (2015-2019), procurar-se-á entender como ocorre a distinção no campo representativo (BOURDIEU, 2011).

Como ferramenta analítica, os trabalhos de Bourdieu (1979, 1988, 2009) em que se encontram os conceitos de “campo” e “estrutura e tipos de capitais” e as estratégias de reprodução social e distinção norteiam o trabalho. Como referencial teórico, na primeira parte, serviu-se de estudos sobre o processo de democratização segregativa no acesso à escola (VAN ZANTEN, 2008) e que problematizam a educação como meio de igualação social (ZIEGLER, 2004), tendo em vista que, se por um lado as sociedades modernas estão cada vez mais escolarizadas, por outro, o sistema educativo está cada vez mais diferenciado, hierarquizado e “descentrado”, o que produz não um problema na educação básica, mas problemas segundo a classe social que se trate (TENTI FANFANI, 2007). Na segunda parte, utilizaram-se estudos de cientistas políticos que tratam das dimensões do processo de seleção da classe política, da profissionalização das atividades de representação política e em trabalhos de Odaci Coradini (2001 e 2012) que analisam justamente as relações entre formas de inserção social e reconversão de recursos em posições político-eleitorais e, especificamente, categorias sócio profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais.

2. DISTINÇÃO E EDUCAÇÃO NO RS

2.1 REPRODUÇÃO, DISTINÇÃO E CAPITAL CULTURAL

De acordo com estudos de Bourdieu (1979, 1988, 2009), o espaço social corresponde a uma estrutura social hierarquizada. Nessa estrutura ou nesse espaço, os indivíduos e suas famílias se utilizam de práticas conscientes ou inconscientes para reproduzir ou melhorar suas posições sociais. Para isso, valem-se dos recursos que dispõem tanto no que se refere ao volume total de capital quanto no que diz respeito à sua estrutura, ou seja, os tipos de capital (econômico, cultural e social) que detêm e em qual quantidade. Esses capitais são mobilizados pelos indivíduos nos campos (político, econômico, jurídico) dos quais fazem parte, orientados pelas regras próprias de cada um deles e cujas posições podem ser contestadas e alteradas (Bourdieu, 2009).

No que interessa para a primeira parte desta monografia, será explorado na sequência alguns aspectos do campo educacional, mas antes é importante evidenciar a importância da origem familiar na reprodução da ordem social. Segundo Bourdieu (2014:131),

a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução.

Sendo a educação considerada um caminho possível para a reprodução e mobilidade social, cabe destacar que o sistema escolar não atende da mesma maneira todas as classes sociais e, segundo Bourdieu (1988) há um grande desajuste entre aspirações e oportunidades para todos.

Na obra “A Distinção”, Bourdieu (1988) observou que os grupos socioeconômicos recentemente ingressados no ensino secundário francês, com relação à década de 1970 na França, não lograram ascender socialmente como imaginavam, pois os grupos que já ocupavam esse espaço e outros com recursos econômicos mais elevados intensificaram os investimentos na escolarização de seus descendentes a fim de manter sua posição social distinta. Nas palavras do sociólogo (1988: 142)

as classes que recentemente chegaram ao ensino secundário estão predispostas a esperar dele, pelo simples fato de terem tido acesso ao mesmo, o que o ensino secundário proporcionava no tempo em que estavam praticamente excluídas desse nível de ensino. Estas aspirações, em outros tempos e para outro público, eram perfeitamente realistas, já que correspondiam a possibilidades objetivas, mas são frequentemente desmentidas, com maior ou menor rapidez, pelos vereditos do mercado escolar ou do mercado laboral.

No caso brasileiro, como será observado adiante, apesar do aumento recente do ingresso de novos grupos socioeconômicos no ensino médio e nas universidades, também não é garantida igualdade de oportunidades para todos, tendo em vista as desigualdades estruturais, tanto de ordem socioeconômica quanto com base em gênero, raça etc. Ou seja, os capitais econômicos, culturais, sociais distribuídos desigualmente em uma estrutura social hierarquizada implicam em oportunidades desiguais entre os indivíduos, pois os indivíduos investem em si e sua família de acordo com os tipos de recursos que podem utilizar em seu favor.

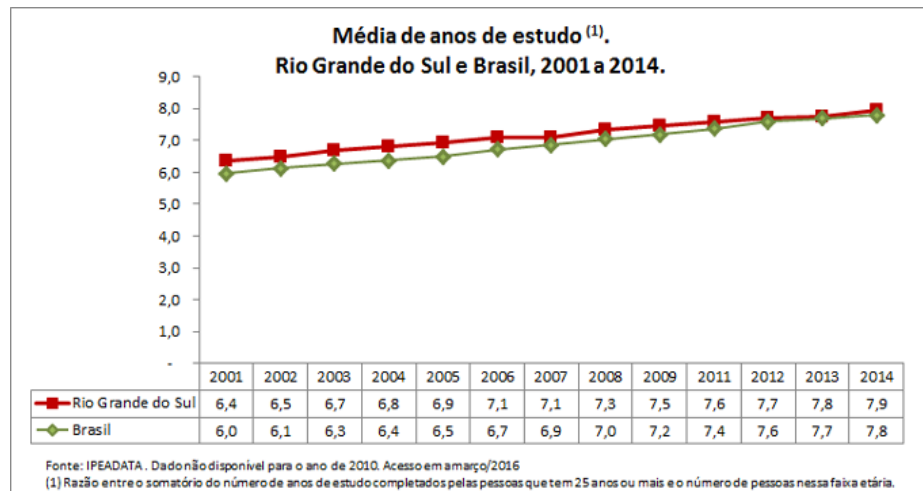
No campo da educação, não só os recursos investidos pelo Estado são importantes, pois as famílias se valem dos capitais com que podem contar e investem nos seus filhos de acordo com suas possibilidades. Na busca pela formação que atenda aos anseios de reprodução e mobilidade social dos seus descendentes, famílias orientam-se pelo entendimento de que as trajetórias (obrigatórias) dos indivíduos nesse campo podem oferecer as credenciais para ocuparem posições sociais destacadas socialmente. Assim, busca-se a aquisição de um determinado tipo de capital, o capital cultural, apresentado em três estados por Bourdieu (1979): a) objetivado; b) incorporado e c) institucionalizado – obtido na forma de títulos. Enquanto o primeiro pode ser transmitido em sua materialidade (livros, pinturas, monumentos), o segundo não pode ser transmitido diretamente, mas as famílias que o têm incorporado, socializam os seus filhos de acordo com seus esquemas valorativos, contribuindo para o desenvolvimento de hábitos de estudo, de leitura, etc., importantes para o êxito escolar e futuro profissional. Outras famílias, mesmo reconhecendo a importância dos estudos para a possibilidade de ascensão social, não têm as mesmas condições para investir na educação de seus filhos como têm as famílias mais ricas. Estas podem prolongar o tempo livre de estudos dos seus filhos, podem oportunizar financeiramente o ingresso nas escolas mais prestigiosas, com reforço escolar, oportunidades de intercâmbios e espaços de socialização diferenciados. Quanto ao terceiro tipo de capital cultural, em estado institucionalizado, ele corresponde aos títulos oficiais que comprovam o conhecimento correspondente do possuidor. Ou seja, a distinção por intermédio do capital cultural depende não só ao acesso a capitais culturais objetivados (livros, museus com entrada gratuita) próprios da cultura dominante, como também é necessário incorporar o gosto e comprovar que se tem conhecimento institucionalmente reconhecido.

A apropriação conceitual de “capital cultural” não ignora a diversidade cultural, mas a classe dominante impõe sua cultura como universal, definindo os termos da reprodução e da mobilidade social. São os conhecimentos próprios da classe dominante que são considerados legítimos e continuam sendo reproduzidos nas escolas por meio de ação pedagógica correspondente. Ainda que os estudantes não se identifiquem com os saberes da cultura escolar legitimada, são esses os conhecimentos que devem ser incorporados por eles se quiserem concluir o ensino básico e obter diploma escolar para concorrer a uma vaga no nível de ensino superior ou ingressar no mercado laboral que exige, cada vez mais, a formação escolar.

Durante experiência de estágio I realizado na Escola Estadual de Ensino Médio Infante Dom Henrique, em Porto Alegre, foram aplicados questionários socioeconômicos a fim de conhecer a realidade dos alunos de duas turmas de primeiro ano cuja maioria era oriunda da própria rede estadual de ensino. Entre as perguntas feitas estavam: a) Você considera importante cursar o Ensino Médio? Por quê? b) Quais são os seus planos para depois de cursar o Ensino Médio? Respondendo à primeira questão, 18 alunos que responderam ao questionário disseram considerar importante e os motivos foram: “para ter uma formação completa, porque é necessário para tudo, por abrir oportunidades no futuro, para poder ser alguém na vida, para ter uma profissão, para seguir carreira profissional desejada, para poder cursar a universidade, para aprender coisas novas”. Quanto à segunda questão, 13 responderam que desejavam cursar a faculdade ou algum curso técnico depois do Ensino Médio.

2.2 EDUCAÇÃO NO RS

Em 2013, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tornou gratuita e obrigatória a educação básica dos 4 aos 17 anos de idade, incluindo desde o nível pré-escolar até o ensino médio, totalizando 14 anos de estudo. Apesar da expansão da obrigatoriedade do ensino básico no Brasil, a média de anos de estudo no Rio Grande do Sul e Brasil, entre 2001 a 2014, não ultrapassa oito anos, considerando a soma dos anos de estudo completados pela população na faixa dos 25 anos ou mais (ver gráfico 1).

Gráfico 1 – Média de anos de estudo no RS e no Brasil

Em períodos anteriores, observa-se uma linha divisória entre a escola primária e a secundária. Segundo Nunes (2000), o exame de admissão para o ingresso no ensino secundário já apresentou um valor simbólico e econômico semelhante ao valor de preparação para o exame vestibular atual. Isso porque, passar no exame “era uma espécie de senha para a ascensão social” (Idem: 45) e assim, logo, cursos de admissão não gratuitos começaram a surgir para preparar os estudantes para a seleção. Ou seja, os anos de estudos da população são importantes indicadores de posição social, tendo em vista que só recentemente se expandiu a obrigatoriedade na educação básica para o ensino médio.

Com base nos dados do Atlas Socioeconômico do RS, em 2010, a taxa de alfabetização da população acima de 15 anos de idade era de 95,5%. Em relação à taxa de analfabetos no estado, a Fundação de Economia e Estatística confirma esse dado, levando em conta a população com 15 anos ou mais de idade, o analfabetismo atingia 4,53% dos gaúchos em 2010. No que se refere à taxa de escolarização¹ no Ensino Fundamental e no Médio, o Atlas Socioeconômico informa que em 2009 a taxa no Ensino Médio foi de apenas 53,1% enquanto que no Ensino Fundamental foi de 92,6%. De acordo com o PNAD 2014, no Rio Grande do Sul, entre as pessoas com 10 anos ou mais de idade, apenas 9,9% têm 15 anos ou mais de estudo, conforme demonstra o quadro 1. Ou seja, 90,1% da população não têm título universitário.

¹ A taxa de escolarização identifica o percentual da população que está matriculada no nível de ensino adequado à sua faixa etária: faixa etária de 7 a 14 anos matriculada no Ensino Fundamental e de 15 a 17 anos matriculada no Ensino Médio.

Quadro 1 – Distribuição da pop. gaúcha com 10 anos ou mais de idade por anos de estudo

Grupos de anos de estudo	Porcentagem
Sem instrução e menos de 1 ano	5,3%
1 a 3 anos	9,7%
4 a 7 anos	30,4%
8 a 10 anos	17,8%
11 a 14 anos	26,9%
15 anos ou mais	9,9%

Fonte: PNAD 2014 – População e Domicílios

No que diz respeito ao distanciamento entre a cultura escolar/acadêmica e as culturas familiares dos estudantes, Freitas (2009) analisou que mesmo famílias de baixo poder aquisitivo são capazes de reconhecer a importância da escolarização de seus filhos e incentivá-los a estudar, demonstrando preocupação com os estudos, cobrando a realização dos temas, acompanhando as notas recebidas etc.

A organização da vida familiar – entendida como “qualquer configuração familiar que seja constituída por pessoas capazes de oferecer uma situação de vida segura, estável e emocionalmente equilibrada às crianças” (Idem: 282) – e o incentivo ao estudo dos filhos são requisitos fundamentais para proporcionar as chances de sucesso escolar. Entretanto, não só a família importa no êxito escolar e profissional dos descendentes, pois as instituições de ensino cumprem papel de seleção e classificação dos estudantes, ajudando a selecionar quais são os aptos e os inaptos ao sucesso escolar/acadêmico e correspondente profissional via educação. Além disso, no que se refere às instituições de ensino, é importante esclarecer que elas se distinguem entre si e conferem títulos com valores diferenciados. Ou seja, além dos próprios estudantes, as instituições de ensino são classificadas, ocupando posições nos ranking de qualidade de ensino.

Em um panorama de ampliação da competição, aprofundamento das desigualdades e fragmentação² social, sociólogos observam um processo de democratização segregativa (VAN ZANTEN, 2008) no acesso à escola, produzindo questionamentos sobre a ideia da educação como meio de igualação social (ZIEGLER, 2004). Nessa perspectiva, se por um lado as sociedades modernas estão cada vez mais escolarizadas, por outro, como argumenta Tenti Fanfani (2007), o sistema educativo está cada vez mais diferenciado, hierarquizado e

² A utilização do conceito de fragmentação (e não de segmentação) tem em conta que, segundo Tiramonti (2004:27), “la ruptura de la organización estado céntrica de la sociedad transforma em inadecuado el concepto de segmento que hace referencia a la existencia de un campo integrado, y habilita a pensar el espacio social y educativo como un compuesto de “fragmentos” que carecen de referencia a una totalidad que les es común o un centro que los coordina”.

“descentrado”, o que produz não um problema na educação básica, mas problemas segundo a classe social que se trate.

Existe uma diversidade de redes e ofertas educativas destinadas a variados públicos escolares, com propósitos de formação diferentes, oferecendo experiências escolares diversas (tendo em vista os recursos que têm à disposição), colocando em competição estabelecimentos e indivíduos oriundos de contextos familiares distintos, detentores de capitais (culturais) em quantidade desigual. Ou seja, as instituições de ensino contribuem para a (re)produção de desigualdades educativas e sociais, como analisam Dubet y Martuccelli (1998).

Segundo António Nóvoa (2009:64-65),

Um dos grandes perigos dos tempos atuais é uma escola a “duas velocidades”: por um lado, uma escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento social, para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação. Por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos. [...] a primeira condição da cidadania é a aprendizagem. Uma escola que não fornece aos seus alunos, a todos os seus alunos, os instrumentos básicos do conhecimento e da cultura, não é uma “escola cidadã”, por muito que se enfeite com chavões de emancipação, de libertação ou de cidadania.

Ainda que as escolas ofereçam disciplinas obrigatórias comuns, no quadro 2 observa-se um número contrastante entre as matrículas iniciais nas redes pública e privada de ensino. No que diz respeito ao Ensino Médio, por exemplo, 340.392 estudantes frequentaram em 2014 escolas públicas municipais e estaduais, enquanto 44.802 estudantes frequentam escolas particulares variadas, indicando diferenciadas propostas de ensino, aprendizagem e contextos escolares.

Contribuindo para a diferenciação dos sistemas de ensino no Brasil, a medida provisória 746/2016, a qual deverá ser votada até março de 2017 no Congresso Nacional, visa a reestruturação do Ensino Médio, alterando a LDB e flexibilizando os currículos no Ensino Médio: apenas as disciplinas de língua portuguesa e matemática deverão ser obrigatórias em nos 3 anos.

Quadro 2 – Matrícula Inicial por Etapas e/ou Modalidades de Ensino, RS, 2014

Dependência Administrativa	Matrícula Inicial							Total
	Modalidade Regular					Modalidade Educação Especial	Modalidade Educação de Jovens e Adultos	
	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional			
Estadual	205	8.805	556.556	334.829	23.465	1.760	87.962	1.013.582
Federal	102	149	1.260	11.138	8.561	0	1.372	22.582
Municipal	90.977	127.713	660.521	5.563	1.170	1.657	42.793	930.394
Particular	66.274	62.612	148.690	44.802	51.909	11.002	9.488	394.777
Total	157.558	199.279	1.367.027	396.332	85.105	14.419	141.615	2.361.335

Fonte: MEC/INEP - Censo Escolar da Educação Básica 2014

Notas: 1) Não inclui matrículas de Atividade Complementar

2) Não inclui matrículas de Atendimento Educacional Especializado

3) Ensino Médio: inclui matrículas do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e do Ensino Médio Normal/Magistério

4) Educação de Jovens e Adultos: inclui matrículas de EJA Presencial, Semipresencial e EJA Integrado à Educação Profissional de Nível Fundamental e Médio

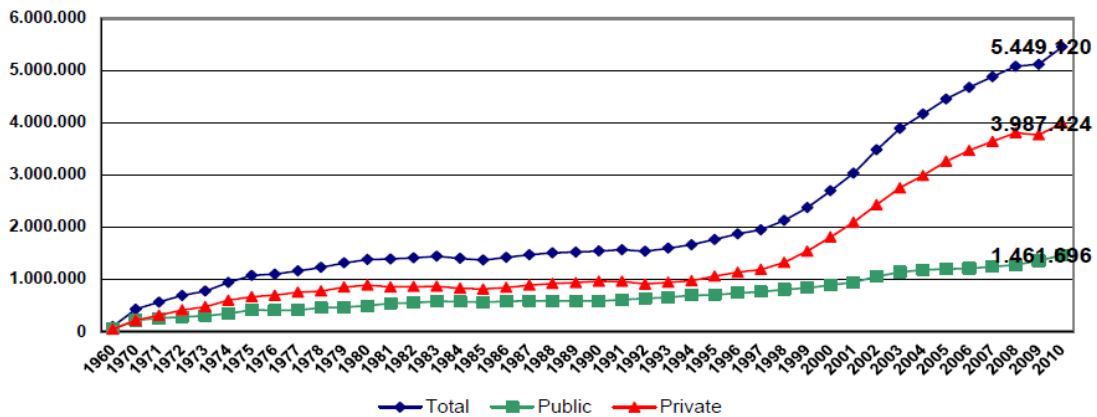
Em um contexto de elevação do nível da obrigatoriedade de ensino, gradativo aumento do número de possuidores de titulações escolares e ampla concorrência profissional, interessa destacar que, aumentando-se o número de possuidores de títulos, a tendência é que eles sejam desvalorizados, tornando-se necessário adquirir novos títulos para distinguir-se (BOURDIEU, 1979). Mas a posse de títulos não garante postos de trabalhos satisfatórios e correspondentes à formação dos indivíduos possuidores devido à importância de possuir os capitais necessários para valorizar o título obtido. Exemplo disso é que os indivíduos e suas famílias dispõem de redes de contatos sociais que facilitam o seu acesso a determinados lugares no espaço social.

Sendo pequena a parcela da população brasileira com título universitário – ou detentora de capital cultural em estado institucionalizado, segundo definição de Bourdieu (1979) –, possuí-lo é um diferenciador social considerável, tendo em vista que determinadas profissões demandam formação superior, assim como certos cargos públicos acessados por meio de concurso demandam títulos superiores de candidatos classificados e submetidos à prova de títulos. Na sequência, será analisado se a titulação escolar/acadêmica corresponde a um recurso relevante para a inserção no campo representativo gaúcho.

Especificamente sobre a ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil (ver gráfico 2), Neves (2012: 2) esclarece que

A taxa líquida de matrícula no ensino superior no Brasil de apenas 14, 9% da faixa etária de jovens entre 18 a 24 anos e a bruta de 28, 12% revelam uma situação crítica mesmo para os padrões da América Latina. Essa é a realidade mesmo depois do intenso crescimento da matrícula ocorrido nos últimos quinze anos.

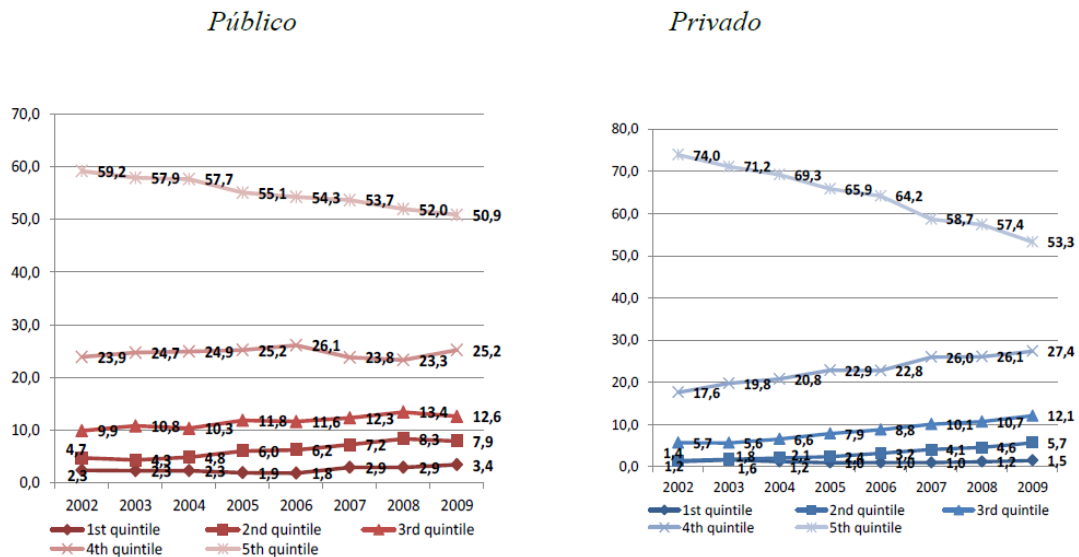
Gráfico 2 – Evolução da matrícula no Ensino Superior no Brasil por categoria administrativa



Fonte: INEP/MEC

Quanto ao perfil econômico dos estudantes que ingressam no ensino superior, Neves (2012:10) explica que não há diferença significativa entre o setor público e o privado, “mais de 50 % dos estudantes são do ultimo quintil, ou seja, oriundos das classes abastadas”, como demonstra o gráfico 3.

Gráfico 3 – Estudantes que frequentam o Ensino Superior por categoria administrativa e quintos de renda familiar



Fonte: PNAD/IBGE, 2009

Por tudo isso, observou-se que os capitais com que podem contar os estudantes, previamente e ao longo de suas trajetórias no sistema educacional, encontram-se distribuídos

de maneira diferenciada e em desigualdade. Mas não só as famílias contribuem para a (re)produção de desigualdades educativas e sociais como também existe uma diversidade de redes e ofertas educativas que atendem a variados públicos escolares, com propósitos de formação diferentes, oferecendo experiências escolares diversas, colocando em competição estabelecimentos e indivíduos oriundos de contextos familiares distintos e detentores de capitais em quantidade desigual.

3. DISTINÇÃO NO CAMPO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: o perfil dos deputados estaduais do RS

Antes de analisar os recursos mobilizados pelos parlamentares eleitos, é importante mencionar o comportamento dos eleitores. Segundo pesquisa da Fundação José Pinheiro (2014:10), “o eleitorado brasileiro, numa perspectiva geral, tem um alto nível de desinformação e baixo grau de consistência ideológica, de apatia e ceticismo com relação às eleições. Mais importante do que a identificação partidária, seria o personalismo político”. Desse modo, as escolhas não se explicam por princípios de identificação ideológica e de classe, sendo o voto realizado em função de atributos pessoais dos candidatos. Esses atributos pessoais, além de características próprias da personalidade individual, provêm de recursos prévios dos candidatos, que remontam às suas origens sociais, suas sociabilidades, redes de contatos estabelecidos por intermédio de suas famílias, nas instituições de ensino frequentadas, no exercício de suas atividades profissionais, na participação em sindicatos, igrejas, organizações sociais.

Segundo a mesma fonte, com relação às características socioeconômicas da população e o perfil dos representantes eleitos nas Assembleias Legislativas no Brasil, os candidatos escolhidos pelos eleitores brasileiros segue um padrão: “sexo masculino, idade em torno dos 50 anos, escolaridade superior completo e ocupação declarada na categoria membros superiores e dirigentes do poder executivo e legislativo” (Idem: 7). Na Assembleia Legislativa do RS, a 54ª legislatura (2015-2019) é composta por maioria de homens (apenas sete mulheres) brancos (apenas um deputado autodeclarado pardo), com ensino superior completo (39 parlamentares), apenas sete deputados com menos de 37 anos, predominando a faixa etária entre os 40-60 anos de idade.

Segundo estudo de Braga e Bolognesi (2013) sobre as dimensões do processo de seleção da classe política no Brasil, o processo de seleção de candidatos se configura como atividade-chave para a transformação de um filiado em parlamentar, tendo em vista que a lei eleitoral brasileira “obriga a apresentação de candidatos somente por meio dos partidos, restringindo o monopólio da representação política aos agentes partidários” (Idem:80).

No referido trabalho, baseado nas autopercepções dos candidatos³ à Câmara dos Deputados nas eleições de 2010, os autores identificaram algumas variáveis que produzem “distintos tipos de processos de seleção de candidatos e, desse modo, influenciam o comportamento político dos atores partidários durante a campanha eleitoral e, quando eleitos, nas arenas governamentais” (Idem:79). Entre os mecanismos de seleção de candidatos por partido político, “enquanto apenas 41% dos selecionados se disseram escolhidos por votação, quase 60% dos entrevistados afirmaram terem sido indicados para comporem as listas eleitorais” (Idem: 95).

Em relação às qualidades valorizadas pelas organizações eleitorais estudadas por Braga e Bolognesi (2013:96), “o PT, na esquerda, é o partido que mais apresenta candidatos que responderam terem características relacionadas à sua vida pregressa na organização partidária, nos movimentos sociais e nos seus vínculos ideológicos com a proposta programática”. E quanto aos partidos examinados de centro (PMDB e PSDB), para os selecionadores nos partidos, os critérios pessoais dos candidatos – reputação pessoal, densidade eleitoral, ter recursos financeiros e ter conhecimento do funcionamento da política – apresentaram maior peso, com aproximadamente 74% no caso do PMDB e 87% no do PSDB (Idem:97), aproximando-os do partido de direita (DEM) cujas qualidades mais valorizadas são baseadas em reputação pessoal e fora da vida política, somando 67%.

Além disso, cabe salientar que, segundo Rodrigues (2006, apud COSTA e CODATO, 2013:111),

partidos de esquerda recrutam seus quadros entre intelectuais (professores, jornalistas), profissionais liberais e trabalhadores assalariados qualificados. Partidos de direita, por sua vez, são marcados pela composição social dominante de empresários (de diversos ramos e tamanhos), além de executivos e dirigentes de firmas privadas. E os partidos de centro são definidos mais em função de seu ecletismo, já que vão buscar seus quadros em diversas camadas sociais médias e altas, sejam elas de empresários, funcionários públicos, profissionais liberais e assim por diante. Temos então o seguinte: um perfil mais elitizado, do ponto de vista econômico, entre a direita; e um perfil típico de rendas médias entre os membros das bancadas de esquerda.

³ Os partidos políticos incluídos na análise foram: PFL/DEM, PSDB, PMDB e PT.

Com base no levantamento das ocupações profissionais declaradas pelos deputados estaduais eleitos no RS ao TSE, o quadro 3 revela que 27 dos eleitos se autodeclararam como políticos. De acordo com Coradini (2001:10), isso poderia ser explicado porque “a condição visada de representante político é exatamente a negação do exercício da respectiva profissão, e ainda mais que isso: a formação da condição prévia de ‘líder’, seja através da representação sindical, seja através da relação ‘não profissional’ com a profissão de origem”.

Quadro 3 – Como se identificam profissionalmente os deputados estaduais eleitos no RS por coloração ideológica⁴

Partidos de Direita (PP, PTB, PR, PRB e PSD)	Partidos de centro (PMDB e PSDB)	Partidos de Esquerda (PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PSOL, PV, PPL)
6 deputados	7 deputados	12 deputados + 2 vereadores
4 advogados	2 advogados	2 advogados
2 pastores	2 empresários	3 médicos
1 agricultor	1 veterinário	2 agricultores
1 instrutor de formação profissional		2 professores de Ensino Médio
1 ex-jogador de futebol		1 pastora
		1 Cargo de Confiança
		1 administrador
		1 Relações Públicas
		1 Sociólogo
Deputados eleitos: 15	Deputados eleitos: 11	Deputados eleitos: 28

Fonte: TSE

Em relação à trajetória política dos deputados estaduais eleitos (ver quadro 4), com base nos dados coletados no site da Assembleia Legislativa do RS, dos 55 deputados estaduais da 54^a legislatura (2015-2019), 33 deles (ou 60%) declararam que já foram deputados estaduais, 25 vereadores (ou 45%), 15 prefeitos, 5 vice-prefeitos, 5 deputados federais, sendo que apenas 8 não declararam ter ocupado previamente algum cargo público eletivo.

⁴ O enquadramento dos partidos no espectro esquerda-centro-direita foi orientado pelos trabalhos de Krause; Rebello e Gonçalves da Silva (2015) e Tarouco e Madeira (2013 e 2015).

Quadro 4 – Trajetória política dos parlamentares eleitos no RS por coloração ideológica

	Partidos de Direita (PP, PTB, PR, PRB e PSD)	Partidos de centro (PMDB e PSDB)	Partidos de Esquerda (PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PSOL, PV, PPL)
Ex-Deputados Federais			5
Ex-Deputados Estaduais	10	8	15
Ex-Vereadores	7	3	15
Ex-Prefeitos	2	4	9
Ex-Vice-Prefeitos		2	3
Participação em org. e mov. sociais/sindicais		3	10
	Deputados eleitos: 15	Deputados eleitos: 11	Deputados eleitos: 28

Fonte: Assembleia Legislativa do RS

Assim, com base nos quadros 3 e 4, se de fato os candidatos foram originalmente recrutados entre a elite econômica ou entre os indivíduos com perfis típicos de rendas médias, chama a atenção que boa parte dos deputados passou a se identificar como político. Além disso, constata-se que já ter sido eleito previamente corresponde a um elemento importante para o desempenho eleitoral. Segundo Coradini (2012:109), a ocupação prévia de cargos eletivos vai se transformando em principal recurso eleitoral “para os cargos hierarquicamente mais elevados e os candidatos com mais sucesso eleitoral”.

No quadro 5 estão listados os 10 candidatos mais votados, com número de votos, ocupação profissional declarada e trajetória política. Observa-se que entre eles, apesar de 2 terem declarado ocupação diferente da de deputado, todos já ocuparam algum cargo eletivo prévio.

Quadro 5 – Trajetória parlamentar dos 10 candidatos a deputados estaduais do RS mais votados

1º	Manuela D'Ávila (PC do B)	222.436 votos	Deputada	Vereadora (2004) Deputada federal (2006 e 2010)
2º	Lucas Redecker (PSDB)	96.561 votos	Deputado	Segundo mandato como deputado estadual
3º	Marlon Santos (PDT)	91.100 votos	Deputado	Vereador (2002) Prefeito (2004)
4º	Silvana Covatti (PP)	89.130 votos	Deputada	Terceiro mandato como deputada estadual
5º	Edegar Pretto (PT)	73.122 votos	Deputado	Segundo mandato como deputado estadual
6º	Sérgio Peres (PRB)	67.002 votos	Pastor	Segundo mandato como deputado estadual
7º	Pedro Westphalen (PP)	65.134 votos	Deputado	Quarto mandato como deputado estadual
8º	Eduardo Loureiro (PDT)	60.816 votos	Administrador	Prefeito em dois mandatos
9º	Gilmar Sossella (PDT)	57.490 votos	Deputado	Prefeito em dois mandatos Terceiro mandato como deputado estadual
10º	Ernani Polo (PP)	57.427 votos	Deputado	Vereador

Fonte: Assembleia Legislativa do RS e TSE

Especificamente sobre o nível educacional dos eleitos, a tendência é de um aumento significativo na escolaridade, fato que pode ser explicado “como uma questão de demanda dos partidos que eventualmente podem preferir candidatos com nível educacional mais elevado, posto que escolaridade denote habilidade, capacidade e prestígio social” (FJP, 2014: 7). Cabe destacar ainda que “estudos sobre participação política mostram que a educação é um dos principais requisitos para o ativismo, pois proporciona conhecimento e interesse político” (Idem: 7).

Observando, no quadro abaixo, o nível de escolaridade declarado pelos deputados eleitos na época de eleição (2014) ao TSE⁵ e informações disponíveis no site da Assembleia

⁵ Disponível em: <http://divulgaand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/eleicao/2014/UF/RS/candidatos/cargo/7>, acesso em agosto de 2016.

Legislativa do RS⁶, chama a atenção que de 55 deputados estaduais eleitos, 39 deles têm curso superior completo, que se somados aos 4 com curso superior incompleto, totalizam 43 deputados com passagem pela universidade. Cabe mencionar que o único candidato eleito que apenas declarou saber ler e escrever é o ex-jogador de futebol Jardel (PSD).

Quadro 6 – Nível de escolaridade dos deputados estaduais

Escolaridade declarada	Nº de deputados
Superior Completo	39
Ensino Médio Completo	8
Superior Incompleto	4
Curso Técnico	1
Ensino Médio Incompleto	1
Ensino Fundamental	1
Lê e escreve	1
Total	55

No que diz respeito às habilidades valorizadas pelas organizações eleitorais, Rodrigues (2002, apud FJP, 2014: 7) aponta que

as profissões que aperfeiçoam as habilidades de expressão, de convencimento, de sedução, de argumentação e da arte oratória, são instrumentos essenciais para conquistar adeptos e assegurar posição de liderança entre os próprios integrantes da classe política.

No quadro seguinte, identifica-se que 15 deputados estaduais eleitos no RS (2015-2019) são formados em Direito. Mas não só esse curso desenvolve intensamente a capacidade argumentativa dos indivíduos, como também os cursos de Relações Públicas, Jornalismo, História, Sociologia, Filosofia, por exemplo, frequentados por outros deputados, contabilizando 20 deputados com formação baseada na argumentação.

⁶ Disponível em: ww2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdMateria/294794/default.aspx, acesso em agosto de 2016.

Quadro 7 – Cursos superiores cursados⁷ por mais de um deputado

Cursos	Nº de deputados
Direito	15
Medicina	5
Engenharia	3
Gestão Pública	2
História	2

Fonte: Assembleia Legislativa

Apesar de algumas profissões não privilegiarem a formação na arte persuasiva, isso não as desqualifica para funcionarem como trunfo eleitoral, pois certas profissões são positivamente reconhecidas socialmente, como é o caso dos médicos.

No que diz respeito às carreiras profissionais que dependem de diploma universitário, deve-se salientar que o acesso ao ensino superior no Brasil permanece sendo garantido apenas para um número bastante reduzido da população. Sendo assim, poder cursar Medicina, por exemplo, além de ser uma carreira prestigiada socialmente ainda é uma carreira elitista.

Cabe retomar ainda que o reconhecimento dos indivíduos não se define somente pela posse de título universitário correspondente, pois como já foi referido, outros recursos individuais e familiares são importantes para valorizá-lo. No interior do mesmo campo profissional, os indivíduos ocupam posições diferentes e se distinguem entre si. Nessa perspectiva, embora as habilitações profissionais sejam relevantes para funcionarem com trunfo eleitoral, pois oportunizam prestígio social, atributos pessoais como carisma, empatia e habilidades comunicativas são importantes, podendo ser convertidos em capitais sociais, reconhecimento e votos.

No quadro abaixo estão os 10 candidatos mais votados, com número de votos e nível escolar declarado ao TSE. Observa-se que entre os mais votados, 8 frequentaram a universidade e 2 têm o ensino médio completo.

⁷ Outros cursos superiores declarados foram: Economia, Psicologia, Medicina Veterinária, Administração de Empresas e Agronomia.

Quadro 8 – Titulação escolar dos 10 candidatos a deputados estaduais do RS mais votados

1º	Manuela D'Ávila (PC do B)	222.436 votos	Superior Completo (Jornalismo)
2º	Lucas Redecker (PSDB)	96.561 votos	Superior Incompleto
3º	Marlon Santos (PDT)	91.100 votos	Superior Completo
4º	Silvana Covatti (PP)	89.130 votos	Ensino Médio Completo
5º	Edegar Pretto (PT)	73.122 votos	Superior Completo (Gestão Pública)
6º	Sérgio Peres (PRB)	67.002 votos	Ensino Médio Completo
7º	Pedro Westphalen (PP)	65.134 votos	Superior Completo (Medicina)
8º	Eduardo Loureiro (PDT)	60.816 votos	Superior Completo (Administração de Empresas)
9º	Gilmar Sossella (PDT)	57.490 votos	Superior Completo (Direito)
10º	Ernani Polo (PP)	57.427 votos	Superior Completo (Direito)

Os resultados das análises dos recursos pré-existent à disputa eleitoral dos deputados estaduais do RS seguem, segundo Coradini (2012:111), “determinados padrões e tendências bem definidos nas relações entre as candidaturas e suas chances de sucesso e as ocupações profissionais de origem e a titulação escolar”. Contudo, esses padrões e tendências não são determinações, e “as relações entre formação escolar e condição profissional com candidaturas e sucesso eleitoral” não decorrem “do conteúdo intrínseco dessa formação escolar”. O que importa são as relações entre “posição e legitimidade social e suas possibilidades de conversão em legitimidade política”.

Mas não só as relações entre formação escolar e ocupação profissional com candidaturas e sucesso eleitoral são suficientes para a compreensão de como se configura o processo de seleção que culmina na eleição dos parlamentares. Segundo Coradini (2012:121), “ocorre uma forte correlação entre a quantidade de investimentos na campanha e de votos obtidos”. Ou seja, é importante observar como os candidatos eleitos conseguem financiar campanhas eleitorais caras.

No apêndice deste trabalho são apresentados o total de receitas e os principais financiadores das campanhas dos 10 candidatos a deputado estadual no RS mais votados. Identificou-se que as receitas provieram de recursos próprios dos candidatos, pessoas físicas, jurídicas e do partido.

Entre os 10 mais votados, apenas Marlon Santos (PDT) e Sergio Peres (PRB) contabilizaram aproximadamente R\$ 118 mil de receita, enquanto os demais contabilizaram mais de R\$ 310 mil, destacando-se Silvana Covatti (PP) – voluntária durante 20 anos nos bastidores da política, mãe de deputado federal e casada com ex-político –, que contabilizou um total de campanha de R\$ 1.214.551,09, sendo mais de R\$1 milhão dos recursos oriundos da direção nacional e direção estadual/distrital do partido. Outro candidato que contou com valor bastante elevado foi Gilmar Sossella⁸ (PDT) – formado em Direito, ocupante de cargos públicos eletivos prévios –, tendo contabilizado um total de R\$ 903.886,02, distribuídos entre recursos próprios (R\$ 162.984,67), pessoas físicas (R\$ 252.500,00), jurídicas (R\$ 348.265,64) e outros disponibilizados pelo partido (R\$ 140.135,71).

A capacidade de mobilizar receitas elevadas para campanhas eleitorais, ainda que correspondam a um trunfo eleitoral importante, não inviabilizou a boa colocação de candidatos com receitas mais baixas no ranking dos mais votados. A título de exemplificação, em relação aos eleitos do PDT, todos com cursos superiores completos e ocupantes de cargos públicos eletivos prévios, o 9º colocado (Gilmar Sossella, com receita de R\$ 903.886,02) contabilizou mais que o dobro da soma das receitas de Marlon Santos (3ª posição, com R\$ 118.650,00 – reconhecido por sua ligação com o kardecismo e a realização de cirurgias espirituais) e Eduardo Loureiro (8ª posição, com R\$ 310.924,64 – empresário do ramo da Comunicação Social, foi diretor da Rádio Santo Ângelo e do Jornal das Missões e professor universitário).

No que diz respeito aos candidatos com menores receitas, tais como Marlon Santos (PDT) e Sergio Peres (PRB) identificou-se que eles puderam contar com sua popularidade, com um carisma próprio da função profissional prévia que os consagrou: o primeiro sendo reconhecido por sua ligação com o kardecismo e a realização de cirurgias espirituais e o segundo é pastor desde os 24 anos de idade. Assim, evidencia-se que não só o capital econômico serve como recurso eleitoral importante, pois no caso do médium Marlon Santos (PDT) e o pastor Sergio Peres (PRB), o capital mais relevante parece ter sido o simbólico, correspondente ao prestígio acumulado pela função religiosa desempenhada. Nessa perspectiva, outro exemplo que merece destaque é o do deputado Jardel (PSD), eleito com 41.227 votos (34ª posição no ranking eleitoral), que declarou ao TSE apenas saber ler e

⁸ Sobre Gilmar Sossella é pertinente destacar que ele foi denunciado pelo Ministério Público Federal por irregularidades cometidas durante a campanha nas eleições de 2014, tendo seu mandato parlamentar cassado, mas obteve liminar para retomar o cargo de deputado.

escrever, tendo contabilizado R\$ 85.193,65 de receita para campanha: ele foi eleito não pelo capital cultural e econômico acumulados, mas por ter sido jogador de futebol renomado.

No que se refere aos parlamentares eleitos com elevado financiamento de pessoas jurídicas, entre os 10 mais votados, destacam-se os deputados identificados no quadro 6. Nele, observa-se a capacidade de arrecadação dos candidatos e que, nesse caso, a identificação ideológica não comprometeu a receita dos mesmos.

Quadro 9 – Receitas de campanhas financiadas por pessoas jurídicas mais elevadas entre os 10 candidatos mais votados

		Receita financiada por pessoas jurídicas	Receita Total
9º	Gilmar Sossella (PDT)	R\$ 348.265,64	R\$ 903.886,02
2º	Lucas Redecker (PSDB)	R\$ 320.000,00	R\$ 759.230,21
7º	Pedro Westphalen (PP)	R\$ 275.000,00	R\$ 638.660,00
10º	Ernani Polo (PP)	R\$ 180.946,48	R\$ 498.894,74
1º	Manuela D'Ávila (PC do B)	R\$ 177.000,00	R\$ 393.825,50
8º	Eduardo Loureiro (PDT)	R\$ 139.000,00	R\$ 310.924,64

Fonte: TSE. Prestação de Contas Eleitorais.

Por tudo isso, observou-se que mesmo no campo representativo, cujos ingressantes devem ser eleitos pela população, os recursos prévios à disputa eleitoral são fundamentais. Como foi demonstrado, os capitais sociais, econômicos, culturais e simbólicos podem ser convertidos em trunfos eleitorais, cabendo aos indivíduos saber convertê-los em votos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto no campo educacional quanto no campo da representação política, os indivíduos contam com capitais (ou recursos) em volume e tipos diferentes, o que facilita ou dificulta o acesso, êxito e permanência nesses campos, indicando uma desigualdade de oportunidades entre os indivíduos e suas famílias, além das diferenças pessoais.

No campo da educação, mesmo com a expansão da obrigatoriedade do ensino, o Atlas Socioeconômico do RS informa que, em 2009, enquanto a taxa de escolarização no Ensino Fundamental foi de 92,6%, a taxa no Ensino Médio foi de apenas 53,1%. E se considerarmos o percentual da população com 15 anos ou mais de estudos, esse número ainda é menor: de

9,9%, segundo o PNAD 2014. Ou seja, 90% da população considerada não tem título acadêmico, mas entre os 10 candidatos a deputado estadual, 80% tem formação superior, e do total de 55 deputados estaduais eleitos, 70% possuem título universitário.

Aliado a essas taxas, e considerando a pluralidade de ofertas e experiências educativas, indivíduos e instituições de ensino constantemente são classificados, ocupando posições distintas e desiguais na estrutura social hierarquizada de acordo com os capitais que eles e suas famílias possam contar. Nesse sentido, a posse de títulos superiores é um dos indicadores de posição social, tendo em vista que frequentar a universidade seja no RS seja no Brasil permanece sendo uma experiência privilegiada e para poucos mesmo com a implementação recente de políticas afirmativas de democratização de acesso ao ensino superior.

No campo da representação política, à diferença do campo educacional, conquistar uma cadeira na assembleia legislativa requer ser pré-selecionado pelos partidos políticos e ser eleito pela população. No que se refere à posse de títulos acadêmicos, constatou-se que 39 deputados estaduais eleitos no RS tem diploma universitário, ainda que a legislação eleitoral não determine que o título superior seja requisito para a disputa eleitoral. Isso demonstra que a posse de capital cultural em estado institucionalizado é recurso de distinção entre representados e representantes.

Além do capital cultural, outros recursos prévios são importantes para o posicionamento dos indivíduos na estrutura social hierarquizada. No campo da educação, a origem social e os recursos familiares, sejam econômicos, sociais e/ou culturais favorecem o êxito escolar futuro profissional dos indivíduos, pois oportunizam experiências e sociabilidades distintas. No campo político, os recursos prévios dos candidatos também são importantes, mas no campo educacional, alunos não são aprovados por serem jogadores de futebol ou missionários, como é o caso do deputado estadual Jardel (PSD), que obteve 41.227 votos. Ele apenas sabe ler e escrever, mas foi eleito mesmo assim porque foi jogador de futebol. Ou seja, cada campo tem regras próprias que orientam o jogo dos que sabem (ou não) jogar com os capitais que tem à disposição.

Quanto às ocupações profissionais dos parlamentares eleitos no RS, é importante salientar que a trajetória profissional viabiliza reconhecimento, tornando-se trunfo eleitoral relevante. Exemplo disso são os parlamentares Marlon Santos (PDT) e Sergio Peres (PRB), os quais estão entre os 10 candidatos mais votados no RS e apresentaram as menores receitas de campanhas (entre os mais votados). Sendo o primeiro reconhecido por sua ligação com o

kardecismo e a realização de cirurgias espirituais e o segundo pastor desde os 24 anos de idade, é possível entender a popularidade dos mesmos.

No campo da representação política, identificou-se também a capacidade de mobilizar altos recursos financeiros para a realização das campanhas eleitorais dos 10 deputados estaduais mais votados. Ou seja, para além das classificações profissionais e titulações educacionais as receitas das campanhas são trunfos eleitorais importantes.

Por tudo isso, as práticas de distinção e reprodução social, conscientes ou inconscientes, dependem dos capitais que podem mobilizar os indivíduos nos campos em que fazem parte e esses capitais estão distribuídos desigualmente no espaço social, reproduzindo desigualdades estruturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS. **Eleições 2014. Composição da 54ª legislatura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdMateria/294794/default.aspx>, acesso em setembro de 2016.
2. BOURDIEU, Pierre. **Los tres estados del capital cultural.** Sociológica, n. 5, México: UAM – Azcapotzalco, 1979.
3. _____, Pierre. **La distinción. Criterios y bases sociales del gusto.** Madrid: Editorial Taurus, 1988.
4. _____, Pierre. **O senso prático.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Sociologia).
5. _____, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas, SP. Ed: Papyrus, 2014.
6. BRAGA, M. S. S.; BOLOGNESI, Bruno. **Dimensões do Processo de Seleção da classe política brasileira: autopercepções dos candidatos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2010. Os Eleitos: Representação e Carreiras Políticas em democracias.** 1ed.Porto Alegre: UFRGS, 2013, v. 1, p. 75-106.
7. BRASIL. **Lei Nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)**, de 20 de dezembro de 1996.

8. CONASS. **Média de Anos de Estudo no RS e no Brasil**. Disponível em: Disponível em: <http://www.conass.org.br/guiainformacao/rio-grande-sul-8/>, acesso em setembro de 2016.
9. CORADINI, O. L.. **Em Nome de Quem? Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, 2001. v. 1. 200p.
10. _____, O. L.. **Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais**. Revista de Sociologia e Política, v. 20, p. 109-122, 2012.
11. DUBET, François y MARTUCCELLI, Danilo. **En la escuela: Sociología de la experiencia escolar**. Editora Losada, 1998.
12. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico**. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conteudo.asp?cod_menu_filho=815&cod_menu=811&tipo_menu=INDICADORES&cod_conteudo=1440, acesso em setembro de 2016.
13. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Resumo estatístico do RS**. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado/>, acesso em setembro de 2016.
14. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ESCOLA DE GOVERNO PAULO NEVES DE CARVALHO. **Características socioeconômicas da população e perfil dos representantes eleitos nas assembleias legislativas**. Coordenadora: Cláudia Júlia Guimarães Horta – Belo Horizonte Fundação João Pinheiro. Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, 2014. 30 p. (Texto para Discussão).
15. G1 RS. **Confira composição da assembleia legislativa do RS**. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2014/noticia/2014/10/confira-composicao-da-assembleia-legislativa-do-rio-grande-do-sul.html>, acesso em setembro de 2016.
16. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2014**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=pnad_2014, acesso em setembro de 2016.
17. KRAUSE, S.; REBELLO, Maurício M.; GONÇALVES DA SILVA, J.. **O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): o que as tipologias dizem?** In: Revista Brasileira de Ciência Política, v. 16, p. 247-272, 2015.
18. NEVES, C. E. B.. **Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. In: XXX Lasa International Congress Latin American Studies Association, 2012, San Francisco. LASA2012 / Toward a Third Century of Independence in Latin America, 2012.
19. NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

20. NUNES, Clarice. **O “velho” e o “bom” ensino secundário:** momentos decisivos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, 2000, p. 35-60.
21. SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. **Censo Escolar da Educação Básica 2014.** Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp?ACAO=acao1>, acesso em setembro de 2016.
22. SOUZA, Kamilla; PIETROBON, Sandra. **A pesquisa e o professor da escola básica.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8, 2008, Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Campus Curitiba. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/174_222.pdf, acesso em setembro de 2016.
23. TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M.. **Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil.** *Revista de Sociologia e Política* (UFPR. Impresso), v. 21, p. 149-165, 2013.
24. TAROUCO, G. S.; MADEIRA, R. M.. **Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos:** análise de um expert survey. *Civitas. Revista de Ciências Sociais*, v. 15, 2015.
25. TENTI FANFANI, Emilio. **La escuela y la cuestión social. Ensayos de sociología de la educación.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2007.
26. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **DivulgaCand 2014. Cargo de deputado estadual. RS.** Disponível em: <http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/eleicao/2014/UF/RS/candidatos/cargo/7>, acesso em agosto de 2016.
27. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Prestação de Contas Eleitorais.** Disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spcweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>, acesso em setembro de 2016.
28. VAN ZANTEN, Agnès. **¿El fin de la meritocracia? Cambios recientes en las relaciones de la escuela con el sistema económico, político y social.** En TENTI FANFANI, Emilio (compilador). *Nuevos temas en la agenda de política educativa* Buenos Aires. Siglo XXI, Editores Argentina, 2008.
29. ZIEGLER, Sandra (2004) **La escolarización de las elites:** un acercamiento a la socialización de los jóvenes de sectores favorecidos en la Argentina actual. En TIRAMONTI, Guillermina (Compiladora). *La trama de la desigualdad educativa. Mutaciones recientes en la escuela media.* Buenos Aires: Manantial, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Indicadores de posição social por coloração ideológica

Quadro 10- Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 15 deputados estaduais eleitos de partidos de direita (PP, PTB, PR, PRB e PSD)

	Curso superior completo	Curso superior incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Lê e escreve
Escolaridade	7 têm curso superior completo: Direito (5); Medicina (1); Agronomia (1)	1	4	1	1	1
Ocupação profissional	6 deputados; 4 advogados; 2 missionários; 1 agricultor; 1 instrutor de formação profissional 1 ex-jogador de futebol					
Trajетória política	1 filho de político 1 esposa de político 7 ex-vereadores 2 ex-prefeitos 10 ex-deputados estaduais					

Quadro 11 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 11 deputados estaduais eleitos dos partidos de centro (PMDB e PSDB)

	Curso superior completo	Curso Superior Incompleto	Ensino Médio Completo
Escolaridade	8 têm curso superior completo: Direito (4); Gestão Pública (1); Medicina (1); Medicina Veterinária (1)	2	2
Ocupação profissional	7 deputados; 2 empresários; 2 advogados; 1 veterinário		
Trajетória política	2 filhos de políticos 3 ex-vereadores 4 ex-prefeitos 2 ex-vice-prefeitos 8 ex-deputados estaduais 3 membros de organizações e movimentos sociais/sindicais		

Quadro 12 – Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 28 deputados estaduais eleitos dos partidos de esquerda (PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PSOL, PV) PPL

	Curso superior completo	Curso Superior Incompleto	Ensino Médio Completo	Curso Técnico
Escolaridade	24 têm curso superior completo: Direito (5); Engenharia (3); Medicina (3); Economia (1); Gestão Pública (1); Administração (1); Relações Públicas (1); Jornalismo (1); Sociologia (1); História (2) e Psicologia(1); Filosofia (1)	1	2	1
Ocupação profissional	12 deputados(as); 2 vereadores; 3 médicos; 2 advogados(as); 1 Cargo de Confiança; 1 administrador; 1 Relações Públicas; 1 Sociólogo; 2 professores de Ensino Médio; 1 pastora; 2 Agricultores			
Trajétória política	1 esposa de político 1 filho de político 15 ex-vereadores(as) 9 ex-prefeitos(as) 3 ex-vice-prefeitos 15 ex-deputados(as) estaduais 5 ex-deputados federais 10 membros de organizações e movimentos sociais/sindicais			

APÊNDICE B - Indicadores de posição social por partido político

Quadro 13 – Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 11 deputados estaduais eleitos do PT

	Curso superior completo	Curso Superior Incompleto	Ensino Médio Completo
Escolaridade	9 têm curso superior completo: Direito (2); 2 Engenharia (2); Economia (1); Gestão Pública (1); Sociologia (1); História (1); Psicologia(1)	1	1
Ocupação profissional	7 deputados(as) 1 Cargo de Confiança 1 Sociólogo 1 Prof. de Ensino Médio 1 Agricultor		
Trajétória política	1 filho de político 5 ex-vereadores(as) 5 ex-prefeitos(as) 9 ex-deputados(as) estaduais 3 ex-deputados federais 6 membros de organizações e movimentos sociais/sindicais		

Quadro 14 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 8 deputados estaduais eleitos do PMDB

	Curso superior completo	Curso Superior Incompleto	Ensino Médio Completo
Escolaridade	5 têm curso superior completo: Direito (3); Gestão Pública (1); Medicina Veterinária (1)	1	2
Ocupação profissional	4 deputados; 2 empresários; 1 advogado; 1 veterinário		
Trajétoria política	2 filhos de políticos 1 ex-vereador 4 ex-prefeitos 1 ex-vice-prefeito 4 ex-deputados estaduais 3 membros de organizações e movimentos sociais/sindicais		

Quadro 15 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 8 deputados estaduais eleitos do PDT

	Curso superior completo
Escolaridade	Todos têm curso superior completo: Medicina (2); Direito (1); Administração (1); Relações Públicas (1); Engenharia (1)
Ocupação profissional	3 deputados; 2 médicos; 1 administrador; 1 Relações Públicas; 1 advogado
Trajétoria Política	1 esposa de político 3 ex-vereadores 4 ex-prefeitos 1 ex-vice-prefeito 5 ex-deputados estaduais 1 ex-deputado federal

Quadro 16- Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 7 deputados estaduais eleitos do PP

	Curso superior completo	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Fundamental Completo
Escolaridade	4 têm curso superior completo: Direito (2); Medicina (1); Agronomia (1)	1	1	1
Ocupação profissional	6 deputados; 1 advogado			
Trajétoria política	1 filho de político 1 esposa de político 3 ex-vereadores			

	1ex-prefeito 5 ex-deputados estaduais
--	--

Quadro 17 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 5 deputados estaduais eleitos do PTB

	Curso superior completo	Ensino Médio Completo
Escolaridade	3 têm curso superior completo: Direito (3)	2
Ocupação profissional	3 advogados; 1 agricultor; 1 instrutor de formação profissional	
Trajetoária política	4ex-vereadores 1ex-prefeito 4ex-deputados estaduais	

Quadro 18 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 4 deputados estaduais eleitos do PSDB

	Curso Superior Completo	Curso Superior Incompleto
Escolaridade	3 têm curso superior completo: Direito (1); Medicina (1)	1
Ocupação profissional	3 deputados; 1 advogado	
Trajetoária política	2 ex-vereadores 1ex-vice-prefeito 4 ex-deputados estaduais	

Quadro 19 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 3 deputados estaduais eleitos do PSB

	Curso Superior Completo	Ensino Médio Completo	Curso Técnico
Escolaridade	1 tem curso superior completo: Filosofia	1	1
Ocupação profissional	1 agricultor; 1 pastora; 1 deputado		
Trajetoária política	1ex-vereador 1 ex-vice prefeito 1 ex-deputado estadual		

	2 membros de organizações e movimentos sociais/sindicais
--	--

Quadro 20 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas pelos 2 deputados estaduais eleitos do PC do B

Escolaridade	Curso Superior Completo
	2 têm curso superior completo: 1(Jornalismo) e 1 (História)
Ocupação profissional	1 deputada 1 professor de ensino médio
Trajétória política	2 ex-vereadores(as) 1 ex-vice-prefeito 1 ex-deputada federal 2 membros de organizações e movimentos sociais/sindicais

Quadro 21 - Escolaridade, ocupação profissional e trajetória política declaradas por deputados estaduais eleitos (únicos do partido)

Partido	PSOL	PPS	PV	PPL	PR	PRB	PSD
Escolaridade	Superior Compl. (Direito)	Superior Compl. (Direito)	Superior Compl. (Medicina)	Superior Compl.	Superior Incompl.	Ensino Médio Compl.	Lê e escreve
Ocupação profissional	Vereador	Advogada	Médico	Vereador	Missionário	Pastor	Ex-jogador de futebol
Trajétória política	Ex-vereador	Ex-vereadora	Ex-vereador	Ex-vereador		Ex-dep. estadual	

APÊNDICE C - Receitas e financiadores de campanha dos 10 candidatos a deputado estadual do RS mais votados

Quadro 22 – Total de Receitas e Financiadores dos 10 candidatos mais votados

Manuela D'Ávila (PC do B)	Pessoa Física	R\$ 3.020,00
	Pessoa Jurídica FIBRIA CELULOSE S/A ITAÚ - UNIBANCO S.A CMPC CELULOSE RIOGRANDENSE LTDA MARCOPOLO S.A QUANTIQ DISTRIBUIDORA LTDA TICKET SERVIÇOS S.A VONPAR REFRESCOS S.A	R\$ 177.000,00
	Partido <ul style="list-style-type: none"> • Comitê Financeiro Único Direção Estadual/Distrital • Eleição 2014 André Luiz de Mello Machado – Deputado Federal • Eleição 2014 – João Derly de Oliveira Nunes Júnior - Deputado Federal 	R\$ 213.805,50
	Total	R\$ 393.825,50
Lucas Redecker (PSDB)	Recursos próprios	R\$ 13.097,21
	Pessoa Física	R\$ 139.883,00
	Pessoa Jurídica ALTERO DESIGN - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ARTECOLA INDUSTRIAS QUIMICAS LTDA BASSANI ENGENHARIA LTDA BULKTECH TECNOLOGIA E AUTOMAÇÃO LTDA - EPP CALÇADOS -BEIRA RIO S/A CMPC CELULOSE RIOGRANDENSE LTDA COMPANHIA ZAFFARI COMÉRCIO E INDÚSTRIA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA PAVICON LTDA FCC - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA FORJAS TAURUS S/A FUNDIMISA - FUNDIÇÃO E USINAGEM LTDA IMS - SOLUÇÕES EM ENERGIA LTDA INEXUS COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA INSECT INDUSTRIA DE INJETADOS LTDA MARCOPOLO S/A MONTAINE PARTICIPAÇÕES LTDA OCEAN EXPRESS SERVIÇOS EXTERIOR LTDA PRISMA MONTELUR COMPOSTO TERMOPLASTICOS LTDA QUANTIQ DISTRIBUIDORA LTDA SERVIÇOS TECNICOS DE ENGENHARIA S/A SOFTER BRASIL COMPOSTO TERMOPLASTICOS LTDA SÃO PAULO FEIRAS COMERCIAIS LTDA TECNOVA ENGENHARIA LTDA - ME UNIDASUL DISTRIBUIDORA ALIMENTICIA S.A.	R\$ 320.000,00

	VONPAR REFRESCOS S/A	
	Partido	
	<ul style="list-style-type: none"> • Comitê Financeiro Único • Direção Estadual/Distrital • Eleição 2014 – Nelson Marchezan Junior 	R\$ 286.250,00
	Total	R\$ 759.230,21
Marlon Santos (PDT)	Pessoa Física	R\$ 87.650,00
	Pessoa Jurídica Bripac Construção e Serviços LTDA Compasul Construção e Serviços LTDA	R\$ 8.000,00
	Partido	
	<ul style="list-style-type: none"> • Darci Pompeo de Mattos – Deputado Federal • Eleição 2014 – Afonso Motta Deputado Federal 	R\$ 23.000,00
	Total	R\$ 118.650,00
Silvana Covatti (PP)	Recursos Próprios	R\$ 17.497,09
	Pessoa Física	R\$ 55.454,00
	Pessoa Jurídica CMPC Celulose Riograndense LTDA Cia Zaffari Comércio e Indústria Vonpar Refrescos S.A	R\$ 52.000,00
	Partido	
	<ul style="list-style-type: none"> • Direção estadual/distrital • Direção Nacional 	R\$ 1.089.600,00
	Total	R\$ 1.214.551,09
Edegar Pretto (PT)	Recursos Próprios	R\$ 120.000,00
	Pessoa Física	R\$ 150.500,00
	Pessoa Jurídica Agrale S/A Premar Empreendimentos Imobiliários Província – Rota do Yucumã LTDA	R\$ 10.160,00
	Partido	
	<ul style="list-style-type: none"> • Direção estadual/distrital • Direção Nacional 	R\$ 55.100,00
	Total	R\$ 335.760,00
Sergio Peres (PRB)	Recursos Próprios	R\$ 3.160,00
	Pessoa Física	R\$ 39.229,56
	Pessoa Jurídica	R\$ 1.580,00
	Partido	
	<ul style="list-style-type: none"> • Direção estadual/distrital 	R\$ 73.390,30
	Total	R\$ 117.359,86
Pedro Westphalen (PP)	Recursos Próprios	R\$ 10.200,00
	Pessoa Física	R\$ 190.900,00
	Pessoa Jurídica ALTO URUGUAI DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA BRASKEM SA CENTER SHOP COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA CENTRO DE ECOGRAFIA NH LTDA CLINICA RADIOLOGICA CARIDADE LTDA	R\$ 275.000,00

	CMPC CELULOSE RIOGRANDENSE LTDA COARROZ COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ROSARIENSE COMPANHIA ZAFFARI COMERCIO E INDUSTRIA COOPERATIVA ARROZEIRA EXTREMO SUL LTDA DALÉ CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA DIMED SA - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS DIMICRON QUIMICA BRASIL LTDA ECOCLINICA ECOGRAFIA CLINICA LTDA GR GOMES E RENCK RADIOLOGIA LTDA ME INSTITUTO DE PATOLOGIA INTERIM HOME CARE IRION RADIOLOGIA LTDA IRRADIAL IMAGEM RADIOLOGICA LTDA JNA AVIAÇÃO AGRICOLA LTDA MAMO RAD LTDA MARASCA COMERCIO DE CEREAIS LTDA MESCLAR HOME CARE MOVELCOR EMERGENCIA MECIDA LTDA ONCOTRATA ONCOLOGIA MEDIA LTDA PEDRASUL CONSTRUTORA SA SERDIL SERPAL SERVS DE RADIOLOGIA SPECT CONSULTORIA RADIOLOGIA LTDA STE SERVICOS TEC DE ENGENHARIA SA SUL CAXIAS DIAGNOSTICOS POR IMAGEM LTDA TELMO LEMOS FILHO UNIMED PELOTAS COOP DE ASSISTENCIA A SAUDE LTDA UNIMED PLANALTO CENTRAL LTDA UNIMED RS - FEDERAÇÃO VONPAR REFRESCOS SA	
	Partido <ul style="list-style-type: none"> Direção estadual/distrital 	R\$ 162.560,00
	Total	R\$ 638.660,00
	Recursos Próprios	R\$ 43.450,00
	Pessoa Física	R\$ 62.638,93
Eduardo Loureiro (PDT)	Pessoa Jurídica ASSERV OPERADORES DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME BASSANI ENGENHARIA LTDA BASSANI ENGENHARIA LTDA CALLEGARO E IRMAOS LTDA CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS - SANTO ANGELO CARPENEDO & CIA LTDA CMPC CELULOSE RIOGRANDENSE LTDA MISSIONEIRA COM DE GAS NOROESTE BEBIDAS LTDA PROVIA PAVIMENTADORA LTDA QUANTIQ DISTRIBUIDORA LTDA UGGERI S A UNIMED RS FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS MÉDICAS RS VONPAR REFRESCOS S.A.	R\$ 139.000,00
	Partido <ul style="list-style-type: none"> Direção estadual/distrital Direção Nacional 	R\$ 65.835,71

	<ul style="list-style-type: none"> Eleições 2014 – Afonso Motta 	
	Total	R\$ 310.924,64
	Recursos Próprios	R\$ 162.984,67
	Pessoa Física	R\$ 252.500,00
	Pessoa Jurídica AEROMOT AERONAVES E MOTOR AGROPECUARIA SCHIO LTDA AGUA VIVA POÇOS ARTESIANOS LTDA ALFA CLINICA DE ANESTESIOLOGIA LTDA ALPHA VISION COM E SERV DE TELECOM LTDA APISUL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA ASSOC EMPRES EST RODOVIARIA ASSOCIAÇÃO GAUCHA DE FARMACIAS E DROGARIAS INDEPENDENTE AVICOLA CATARINENSE LTDA BAR E CHURRASCARIA BARRANCO LTDA BBS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA BREBES & CIA LTDA CAVALETTI S. A. CADEIRAS PROFISSIONAIS CD SUL LOGISTICA CIELO TELECOM LTDA CMPC CELULOSE RIOGRANDENSE LTDA COMIL ONIBUS S/A COMPANHIA ZAFFARI COMERCIO E INDUSTRIA CONSTRUTORA VIERO SA FORMAX QUIMIPLAN COMPONENTES P/CALÇADOS LTDA HIPER TEXTIL CAMA MESA E BANHO LACTICINIOS TIROL LTDA LOCH ASSES CONS PLAN E MARKETING LTDA MAICON TONIAL E CIA LTDA MARCOPOLO SA ONIZ DISTRIBUIDORA LTDA PIVA COM E INDUSTRIA LTDA PUBLICA COMUNICAÇÃO LTDA QUANTIQ DISTRIBUIDORA LTDA RANDON SA IMPLEMENTOS E PARTICIPAÇÕES RESTAURANTE PEGUE MAIS LTDA SAFE WEB SEGURANÇA INF LTDA SUPERMERCADOS GUANABARA S.A TAPEJARENSE INDUSTRIA GRAFICA LTDA TATIANA DE CORDOVA E CIA LTDA TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA TECNOVIN DO BRASIL LTDA UGHINI S. A. INDUSTRIA E COMERCIO UNIAIR TAXI AEREO LTDA VOMPAR REFRESCOS SA	R\$ 348.265,64
Gilmar Sossella (PDT)	Partido <ul style="list-style-type: none"> Direção estadual/distrital Comitê Financeiro Nacional para Presidente da República 	R\$ 140.135,71
	Total	R\$ 903.886,02
	Recursos Próprios	R\$ 85.688,26
	Pessoa Física	R\$ 112.900,00
	Pessoa Jurídica AGRODANIELI INDUSTRIA E	R\$ 180.946,48
Ernani Polo (PP)		

	COMERCIO LTDA CANTINA CASA DO MARQUES LTDA COMERCIO DE CEREAIS FERLIN LTDA COMERCIO DE CEREAIS JRB LTDA COMPANHIA ZAFFARI COMERCIO E INDUSTRIA COOPERATIVA MISTA SÃO LUIS LTDA COPAGRIL COMERCIAL AGRICOLA PICCOLI LTDA DECIO LUIZ CASSOL E CIA LTDA DOBIL ENGENHARIA LTDA E ORLANDO ROOS COMERCIO DE CEREAIS LTDA EVORA S.A GIOVELLI E CIA LTDA HOTEL SERRA AZUL LTDA MARCOPOLO SA MEGA EMBALAGENS LTDA NUTRIFRANGO ALIMENTOS LTDA TARUMA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA TRES TENTOS AGROINDUSTRIAL SA UNIDASUL DISTRIBUIDORA ALIMENTICIA SA UNIMED NOROESTE RS VIERA AGROCEREAIS LTDA VONPAR REFRESCOS SA	
	Partido <ul style="list-style-type: none"> • Direção estadual/distrital 	R\$ 119.360,00
	Total	R\$ 498.894,74

Fonte: STE

ANEXO

ANEXO A – Ranking dos candidatos eleitos

1. Manuela D'Ávila (PC do B) - 222.436 votos
2. Lucas Redecker (PSDB) - 96.561 votos
3. Marlon Santos (PDT) - 91.100 votos
4. Silvana Covatti (PP) - 89.130 votos
5. Edegar Pretto (PT) - 73.122 votos
6. Sérgio Peres (PRB) - 67.002 votos
7. Pedro Westphalen (PP) - 65.134 votos
8. Eduardo Loureiro (PDT) - 60.816 votos
9. Gilmar Sossella (PDT) - 57.490 votos
10. Ernani Polo (PP) - 57.427 votos
11. Fábio Branco (PMDB) - 57.135 votos
12. Mainardi (PT) - 56.629 votos
13. Edson Brum (PMDB) - 55.887 votos
14. Ciro Simoni (PDT) - 55.622 votos
15. Classmann (PTB) - 52.771 votos

16. Marcelo Moraes (PTB) - 52.269 – votos
17. Jeferson Fernandes (PT) - 50.437 votos
18. Frederico Antunes (PP) - 48.577 votos
19. Jorge Pozzobom (PSDB) - 48.244 votos
20. Ronaldo Santini (PTB) - 47.829 votos
21. Lara (PTB) - 47.738 votos
22. Tarcísio Zimmermann (PT) - 47.465 votos
23. Regina Becker Fortunati (PDT) - 46.788 votos
24. Gerson Burmann (PDT) - 46.173 votos
25. Alexandre Postal (PMDB) - 44.856 votos
26. Valdeci Oliveira (PT) - 44.501 votos
27. Elton Weber (PSB) - 44.444 votos
28. Adolfo Brito (PP) - 44.224 votos
29. Pedro Pereira (PSDB) - 43.535 votos
30. Nelsinho Metalúrgico (PT) - 42.102 votos
31. Stela (PT) - 41.719 votos
32. Zé Nunes (PT) - 41.609 votos
33. Vilmar Zanchin (PMDB) - 41.488 votos
34. Jardel Centroavante (PSD) - 41.227 votos
35. Mauricio Dziedricki (PTB) - 40.009 votos
36. Gabriel Souza (PMDB) - 39.998 – votos
37. Miriam Marroni (PT) - 39.409 votos
38. Boessio (PMDB) - 37.933 votos
39. Enio Bacci (PDT) - 37.148 votos
40. Gilberto Capoani (PMDB) - 36.535 votos
41. Sérgio Turra (PP) - 36.518 votos
42. Pedro Ruas (PSOL) - 36.230 votos
43. João Fischer – Fixinha (PP) - 35.696 votos
44. Tortelli (PT) - 33.879 votos
45. Dr. Basegio (PDT) - 33.829 votos
46. Missionário Volnei (PR) - 33.255 votos
47. Tiago Simon (PMDB) - 32.717 votos
48. Adilson Troca (PSDB) - 32.579 votos
49. Villa (PT) - 31.927 votos
50. Liziane Bayer (PSB) - 29.121 votos
51. Miki Breier (PSB) - 28.855 votos
52. Any Ortiz (PPS) - 22.553 votos
53. Juliano Roso (PC do B) - 17.092 votos
54. Miguel Bianchini (PPL) - 13.515 votos
55. João Reinelli (PV) - 9.098 votos